(Como) pode o corpo (queer) aparec(ser)?: corpo, norma e materialidade em Judith Butler

(How) can the (queer) body appear(be)?: body, norm, and materiality in Judith Butler

(Cómo) puede el cuerpo (queer) aparec(ser)?: cuerpo, norma y materialidad en Judith Butler

DOI:10.18226/21784612.v31.e026016

ISSN online 2178-4612 Disponível: http://www.ucs.br/etc/ revistas/index.php/conjectura

Thiago César Carvalho dos Santos[1]

Igor Campos Viana[2]

Resumo: Este artigo analisa a constituição do corpo e da subjetividade na obra de Judith Butler, explorando a relação entre norma, poder e materialidade. A investigação percorre conceitos fundamentais como matriz de inteligibilidade, performatividade, precariedade e reivindicação ao aparecimento, estruturando uma cartografia bibliográfica que situa o pensamento butleriano no contexto da teoria *queer* e do feminismo contemporâneo. Inicialmente, discute-se como a matriz de inteligibilidade heteronormativa organiza e naturaliza corpos e desejos por meio de categorias binárias, estabelecendo quem é socialmente reconhecido como humano. A partir da herança hegeliana e foucaultiana, o texto aborda a distribuição desigual de precariedades, demonstrando que grupos marginalizados são relegados a condições de maior vulnerabilidade e ininteligibilidade social. O trabalho detalha a teoria da performatividade, fundamentada na citacionalidade de Derrida, para explicar que o gênero não é uma essência, mas uma reiteração ritualizada de normas que produz a aparência de uma substância natural. É justamente no fracasso dessa repetição que emergem fissuras e possibilidades de resistência e subversão. No âmbito político, analisa-se como o aparecimento de corpos *queer* no espaço público desafia o regime dominante de reconhecimento, transformando a precariedade em um eixo de alianças coletivas. Por fim, o artigo tensiona o pensamento de Butler a partir do materialismo performativo-tecnológico de Karen Barad, Paul B. Preciado e Donna Haraway. Questiona-se a passividade da matéria na teoria butleriana, propondo uma visão do corpo como espaço tecnopolítico manufaturado por biotecnologias e próteses. Conclui-se que, embora a obra de Butler seja indispensável para entender a força

[1] Doutorando e Mestre em Direito e Justiça pela UFMG, com bolsa CAPES. Bacharel em Direito pela PUC Minas. Graduando em Psicologia pelo Centro Universitário UNA. Orcid: https://orcid.org/0000-0002-4167-1308. E-mail: carvalho.thiagoc@gmail.com.

[2] Psicanalista. Professor convidado da Pós-Graduação em Saúde Mental da PUC-Minas. Orcid: https://orcid.org/0000-0002-8132-1185. E-mail: icamposviana@gmail.com.

normativa da linguagem, a inclusão da agência da matéria e dos processos tecnológicos amplia os horizontes para a compreensão das vidas e das resistências *queer*.

Palavras-chave: Judith Butler. Teoria *queer*. Performatividade. Materialidade. Precariedade. Gênero.

Abstract: This article analyzes the constitution of the body and subjectivity in Judith Butler's work, exploring the relationship between norm, power, and materiality. The investigation covers fundamental concepts such as the matrix of intelligibility, performativity, precarity, and the claim to appearance, structuring a bibliographic cartography that situates Butlerian thought within the context of queer theory and contemporary feminism. Initially, it discusses how the heteronormative matrix of intelligibility organizes and naturalizes bodies and desires through binary categories, establishing who is socially recognized as human. Drawing from Hegelian and Foucaultian heritage, the text addresses the unequal distribution of precarity, demonstrating that marginalized groups are relegated to conditions of greater vulnerability and social unintelligibility. The work details the theory of performativity, grounded in Derrida's citationality, to explain that gender is not an essence but a ritualized reiteration of norms that produces the appearance of a natural substance. It is precisely in the failure of this repetition that fissures and possibilities for resistance and subversion emerge. In the political sphere, it analyzes how the appearance of queer bodies in public space challenges the dominant regime of recognition, transforming precarity into an axis for collective alliances. Finally, the article tensions Butler's thought through the performative-technological materialism of Karen Barad, Paul B. Preciado, and Donna Haraway. It questions the passivity of matter in Butlerian theory, proposing a view of the body as a technopolitical space manufactured by biotechnologies and prosthetics. It concludes that, although Butler's work is indispensable for understanding the normative force of language, the inclusion of material agency and technological processes expands the horizons for understanding queer lives and resistances.

Keywords: Judith Butler. Queer theory. Performativity. Materiality. Precarity. Gender.

Resumen: Este artículo analiza la constitución del cuerpo y la subjetividad en la obra de Judith Butler, explorando la relación entre norma, poder y materialidad. La investigación recorre conceptos fundamentales como matriz de inteligibilidad, performatividad, precariedad y la reivindicación al aparecimiento, estructurando una cartografía bibliográfica que sitúa el pensamiento butleriano en el contexto de la teoría queer y del feminismo contemporáneo. Inicialmente, se discute cómo la matriz de inteligibilidad heteronormativa organiza y naturaliza cuerpos y deseos por medio de

categorías binarias, estableciendo quién es reconocido socialmente como humano. A partir de la herencia hegeliana y foucaultiana, el texto aborda la distribución desigual de precariedades, demostrando que grupos marginados son relegados a condiciones de mayor vulnerabilidad e ininteligibilidad social. El trabajo detalla la teoría de la performatividad, fundamentada en la citacionalidad de Derrida, para explicar que el género no es una esencia, sino una reiteración ritualizada de normas que produce la apariencia de una sustancia natural. Es precisamente en el fracaso de esa repetición donde emergen fisuras y posibilidades de resistencia y subversión. En el ámbito político, se analiza cómo el aparecimiento de cuerpos queer en el espacio público desafía el régimen dominante de reconocimiento, transformando la precariedad en un eje de alianzas colectivas. Finalmente, el artículo tensiona el pensamiento de Butler a partir del materialismo performativo-tecnológico de Karen Barad, Paul B. Preciado y Donna Haraway. Se cuestiona la pasividad de la materia en la teoría butleriana, proponiendo una visión del cuerpo como espacio tecnopolítico manufacturado por biotecnologías y prótesis. Se concluye que, aunque la obra de Butler es indispensable para entender la fuerza normativa del lenguaje, la inclusión de la agencia de la materia y de los procesos tecnológicos amplía los horizontes para la comprensión de las vidas y resistencias queer.

Palabras clave: Judith Butler. Teoría queer. Performatividad. Materialidad. Precariedad. Género.

Introdução

> *Everything is sex / Except sex, which is power / You know power is just sex / Now ask yourself who's screwin' you.*[3]
> (Janelle Monáe, "Screwed").

Tal qual a própria Butler, em seu estilo característico de escrever a partir de questões, sem compromisso em respondê-las de modo definitivo, inauguramos este artigo com uma sequência de perguntas: como o corpo se dá? Ou melhor, como se faz o corpo? É possível pensá-lo sem pensar o poder? As normas de gênero seriam o cerne da atuação do poder sobre a carne? Quando falamos em "gênero", falamos também de sexo, de raça, de classe? Como se (con) formam os corpos (a)normais? O anormal estaria fora da norma ou seria também um efeito desta? Podemos escapar do poder, ou desejar escapar dele? O que vem primeiro: o poder ou o desejo? E,

[3] "Tudo é sexo / Exceto o sexo, que é poder / Você sabe que poder é apenas sexo / Agora pergunte a si mesmo quem está te fodendo" (tradução nossa).

afinal, onde aparece a sujeita?[4] Pode aparecer sem estar assujeitada ao poder? Pode agir sem reiterar a própria sujeição?

É nesse horizonte de perguntas que nos lançamos em uma imersão no pensamento de Judith Butler. Filósofa e teórica estadunidense, de família judia, é uma das principais pensadoras contemporâneas do feminismo e da teoria *queer*. O pensamento de Butler circula, sobretudo, em torno dos estudos das minorias sexuais e de gênero e dos atravessamentos político-normativos da vida desses grupos sociais relegados às margens. Butler desenvolve conceitos importantes para a teoria crítica e *queer* contemporânea, como matriz de inteligibilidade, performatividade, precariedade e reivindicação ao aparecimento. Sua obra abre caminhos para compreender o corpo como efeito de normas, de linguagem e de poder, mas também como espaço de fissuras e resistências.

Considerada uma herdeira do pós-estruturalismo e da psicanálise lacaniana, Butler entende a sujeita, em sua materialidade, como resultado de uma construção discursiva, sempre dotada de um contingente histórico. Segundo a autora, as sujeitas passam a ser reconhecidas e, logo, a existir por meio da linguagem, o que ela denomina inteligibilidade (Butler, 2017). Por outro lado, a realização dos corpos, como componente material da indivídua, se dá por meio de invocações ou de citações ritualizadas do modelo de inteligibilidade definido pelo discurso. Dessa forma, o corpo aparece, materializa-se, inscreve-se, na medida em que se apresenta *para* e *pelo* discurso.

As heranças conceituais que atravessam sua produção sustentam seu argumento acerca da materialidade dos corpos. De Hegel, Butler mobiliza a noção de reconhecimento; de Lacan, a de que a linguagem estrutura a realidade e produz o sujeito; de Derrida, a citacionalidade e os procedimentos de desconstrução; e de Foucault, as análises sobre o assujeitamento do sujeito pelo e para o poder. Ressaltamos essas heranças, ainda que bastardas e subversivas, não para enquadrar ou reduzir o pensamento de Butler a uma tradição – notadamente masculina, branca, eurocentrada

[4] Neste artigo, recorremos ao gênero feminino dos substantivos, adjetivos, pronomes e demais recursos linguísticos para indicar suas formas genéricas ou no plural. Fazemos isso como um gesto de enfrentamento ao apagamento e à exclusão do feminino na linguagem e na produção científico-acadêmica, em consonância com o desenvolvimento teórico que orienta este trabalho.

e burguesa –, mas para situar as vozes que entoaram os percursos de suas reflexões, a fim de perceber melhor as contradições e as possibilidades envolvidas nesse processo.

Ao seguir as trilhas abertas por Judith Butler, buscamos cartografar os modos de feitura do corpo, explorando e articulando seus principais conceitos. O objetivo é vislumbrar, a partir de um dos ângulos desse violento fractal que chamamos realidade, como podem emergir formas de resistência e de agência corporal. Reconhecemos, de antemão, o caráter precário dessa empreitada, assumindo o risco do fracasso, talvez em reflexo da própria citacionalidade descrita por Butler. Apesar disso, é precisamente nesse tensionamento que pretendemos levar seu pensamento às consequências mais radicais e, assim, expor suas contradições e aberturas.

Partimos da premissa de que toda metodologia é também uma ontologia: as lentes com que olhamos o mundo já o recortam e o fabricam. Como lembra Donna Haraway (1995), não existe neutralidade possível: os saberes são sempre localizados, corporificados, atravessados por posições e contingências. Este trabalho se constrói, destarte, como uma cartografia bibliográfica do pensamento de Butler, acompanhando conceitos desenvolvidos em diferentes momentos de sua obra – inteligibilidade, performatividade, precariedade e aparecimento – e colocando-os em relação. O gesto metodológico não é o de fixar uma interpretação definitiva, mas de articular e tensionar tais conceitos, explorando tanto suas potências quanto seus impasses e abrindo brechas para outros diálogos possíveis.

A força crítica do pensamento butleriano nos permite compreender como o corpo é produzido em sua materialidade discursiva e normativa. Neste artigo, contudo, propomos tensioná-lo a partir do pensamento materialista performativo-tecnológico, mobilizando as contribuições de Karen Barad e Paul Preciado, não como substituição, mas como abertura para pensar a materialidade dos corpos para além do quadro butleriano.

Matriz de inteligibilidade dos corpos

Butler nos apresenta o corpo como resultado de uma série de incursões de poder historicamente localizadas, e, nesse sentido,

consideramos que sua própria história possa ser um ponto de partida interessante para construir os pavimentos do caminho que buscamos percorrer. Judith Butler nasceu nos Estados Unidos, no estado de Ohio, filha de uma família judia. Tratava-se de uma família que tentava compreender-se em um mundo pós-Holocausto,[5] praticante do judaísmo em um país de maioria cristã. No documentário *Judith Butler, philosophe en tout genre* (2006), a autora relata como sua família, assim como grande parte da comunidade judaica norte-americana nos anos 1950-1960, almejava a inclusão e a assimilação, esforçando-se para se conformar às normas de gênero difundidas pelo cinema de Hollywood. Apesar dos esforços para inclusão e incorporação do "estilo de vida americano", sempre falhavam.

Por outro lado, era Butler quem falhava em atender aos padrões de "feminilidade" e de "bom comportamento" durante a infância. Vista como uma criança problemática por seus pais e professores, foi encaminhada para ter aulas particulares de ética com um rabino, como forma de punição e em uma tentativa de (con)formação daquele corpo rebelde. Butler sugere que, talvez, *Problemas de gênero* (2017), sua obra mais difundida, tenha surgido justamente dessa percepção de uma busca eterna por atingir os padrões sociais de vida, sempre marcada pelo fracasso (*Judith*..., 2006). A autora começa o prefácio desse livro pontuando isso:

> No discurso vigente na minha infância, criar problema era precisamente o que não se devia fazer, pois isso traria problemas para nós. A rebeldia e sua repressão pareciam ser apreendidas nos mesmos termos, fenômeno que deu lugar a meu primeiro discernimento crítico da artimanha sutil do poder: a lei dominante ameaçava com problemas, ameaçava até nos colocar em apuros, para evitar que tivéssemos problemas. Assim, concluí que problemas são inevitáveis e nossa incumbência é descobrir a melhor maneira de criá-los, a melhor maneira de tê-los. Com o passar do tempo, outras ambiguidades alcançaram o cenário crítico. Observei que os problemas algumas vezes exprimiam, de maneira eufemística, algum misterioso problema fundamental, geralmente relacionado ao pretenso mistério do feminino (Butler, 2017, p. 7).

[5] Boa parte da família da avó materna de Butler foi perseguida e morta na Hungria durante o regime nazista. Sua avó conseguiu escapar apenas com dois primos, tendo se refugiado nos Estados Unidos da América.

Ao analisar os padrões sociais de gênero e as formas como as sujeitas se relacionam com eles, Butler chega ao conceito de matriz de inteligibilidade de gênero, desenvolvido inicialmente em *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* (2017) e expandido em *Corpos que importam: os limites discursivos do "sexo"* (2019). A matriz heterossexual, pensada por Butler (2017) a partir dos conceitos de "contrato heterossexual", de Monique Wittig, e de "heterossexualidade compulsória", de Adrienne Rich, define-se como um modelo discursivo-epistemológico que organiza e naturaliza corpos, gêneros e desejos a partir de categorias binárias (macho/fêmea, masculino/feminino etc.) no espaço social.

Nesse sentido, o imperativo heterossexual definiria os padrões de percepção social sobre/dos corpos, definidos cultural e historicamente. Trata-se de um sistema discursivo que se presta a dizer uma verdade sobre os corpos, supostamente fundado em um dado "objetivo", "natural", "biológico" da realidade – o "sexo". Entretanto, essa própria verdade constituiria em um efeito desse mesmo regime regulador, produzido subjetivamente dentro da trama social:

> A noção de que pode haver uma "verdade" do sexo, como Foucault a denomina ironicamente, é produzida precisamente pelas práticas reguladoras que geram identidades coerentes por via de uma matriz de normas de gênero coerentes. A heterossexualização do desejo requer e institui a produção de oposições discriminadas e assimétricas entre "feminino" e "masculino", em que estes são compreendidos como atributos expressivos de "macho" e de "fêmea" (Butler, 2017, p. 44).

As palavras "natural", "biológico" e "verdade" estão entre aspas, *deslocadas*, pois a autora coloca em xeque o caráter pré-discursivo, anterior à cultura, do "sexo". Qualquer busca por uma diferenciação com base em características sexuais – sejam elas anatômicas, cromossômicas, hormonais – se baseia no mesmo aparato de construção cultural do gênero: a heteronormatividade. Butler (2017, p. 28) explica que colocar o sexo em um lugar pré-discursivo é mais um dos mecanismos pelos quais "a estabilidade interna e a estrutura binária do sexo são eficazmente asseguradas". Se o sexo for entendido como pré-discursivo, ele também passa a ser visto como imutável e imune ao debate crítico. Então, afirma:

> Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado 'sexo' seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nula (Butler, 2017, p. 27).

Dessa forma, Butler se coloca em posição crítica, simultaneamente, a um naturalismo/positivismo científico, no qual o discurso científico meramente representa o real da natureza, e a um construtivismo social, que reconhece a construção social do conhecimento, fundada em certos dados materiais e irredutíveis da realidade, no caso o "sexo".[6]

Considerando a matriz de inteligibilidade de gênero, as sujeitas são identificadas por meio de características supostamente biológicas e pré-discursivas – o "sexo" – e, a partir dessa, são pressu(im)postas as demais categorias de identificação do ser e do desejo. Trata-se, assim, de uma grade que orienta as identidades a partir da coerência, da continuidade e da estabilidade entre sexo/gênero/desejo/práticas sexuais: macho-homem-masculino-ginefílico; fêmea-mulher-feminina-androfílica.

Na era dos "chás revelação", isso se torna mais evidente. Antes mesmo de nascerem, os fetos são identificados supostamente a partir de critérios "biológicos" e toda a sua história de vida se revela escrita e conformada a partir daí. Além dos clássicos rótulos por cores das vestimentas (azul e rosa), o pai já se imagina levando o filho para um jogo de futebol, ou a mãe fantasia brincar de boneca com a filha. Já se fala que a criança vai ser um "garanhão" ou uma "princesinha". Imagina-se até mesmo que aquele aglomerado de células vai constituir uma família, heterossexual obviamente, dando várias netinhas a suas genitoras. Como dito, não só o gênero passa a ser pressuposto, mas também as expectativas com relação ao desejo e às práticas sexuais, conformando determinados percursos de vida para cada uma.

[6] Efetivamente, Butler (2019) propõe uma crítica até mesmo a um construtivismo linguístico radical, o qual perceberia o corpo e o sexo como meros efeitos da linguagem. Segundo a autora, tal abordagem ficaria reduzida a "um determinismo e implica a evacuação ou o deslocamento da agência humana" (Butler, 2019, p. 27). Deixaremos para complexificar essa discussão quando tratarmos da performatividade em Butler. Por ora, basta desconstituirmos a noção pré-discursiva e natural do "sexo".

Podemos compreender, portanto, que, antes mesmo de adquirir sentido para a própria sujeita, certos significantes[7] já lhe são impostos como marcas, como designadores de posições sociais e identidades. Essas nomeações funcionam como efeitos de poder: produzem identidades inteligíveis ou, quando assinalam o desvio da norma, expõem a sujeita a mecanismos de exclusão, vergonha e violência.

Então, Butler nos explica que tais marcas identitárias, às quais somos expostas e impostas, definem como cada indivídua é percebida e reconhecida socialmente. Isso significa que as sujeitas "inteligíveis", e reconhecidas como tal, seriam aquelas que se orientam em correspondência aos padrões sociopolítico-jurídicos estabelecidos. Todas aquelas que rompem, de alguma forma, com esse regime instituído se deparam com alguma condição de ininteligibilidade, portanto, de existência social não reconhecida e marginalizada, estando suscetíveis a diversos níveis de violência e de reprovação (Butler, 2017).

Reconhecimento e distribuição desigual de precariedades

É a partir da identidade que o tema da inteligibilidade (linguagem) se vincula assim ao tema do reconhecimento (política), o qual é especialmente importante para Butler na construção do argumento acerca da produção da subjetividade, seguindo sua herança do pensamento hegeliano. Desse modo, ela invoca a proposição de Hegel em que "o 'eu' que vem a reconhecer a si mesmo, à sua própria vida, reconhece a si mesmo sempre também como a vida de outro" (Butler, 2018, p. 235). Nessa perspectiva, o estabelecimento da noção de si estaria intrinsecamente ligado a uma certa identificação com a outra.

No entanto, esse parâmetro de reconhecimento também atravessa as sujeitas de modo invertido, ou seja, uma indivídua passa a existir *dentro da* e *para a* trama social a partir do momento em que é reconhecida como tal: uma ser humana. Obviamente, não estamos falando, Butler e nós autores, de um reconhecimento

[7] Na linguística, a diferença entre significado e significante pode ser explicada em termos de conteúdo e expressão. O significado é o conteúdo ou ideia que uma palavra, símbolo ou unidade linguística representa. Lado outro, o significante é a expressão ou forma que essa ideia ou conteúdo assume – a forma ou a sequência de sons e de letras.

jurídico de humanidade – "todas são iguais perante a lei" –, mas de todas as nuances e as gradações de valorização da vida e da garantia de direitos às indivíduas na esfera pública. No presente regime sociopolítico, um jovem branco de classe média possui maior reconhecimento de sua humanidade que um jovem negro de periferia, por exemplo, eis que esse último pode ser facilmente morto ao ter sua marmita confundida com um revólver.[8]

A essa gradação de reconhecimento social, Butler dá o nome de *distribuição desigual de precariedades.* Esse é outro importante conceito na gramática butleriana – precariedade –, desenvolvido especialmente em *Vida precária* (2019) e *Quadros de guerra* (2015). Desde já, é importante ressaltar que Butler designa dois termos para lidar com a gramática da precaridade: *precarity* e *precariousness*, as quais podem ser traduzidas como "condição precária" e "precariedade", respectivamente, ainda que faça um uso relativamente indiscriminado do segundo. De plano, Butler vai pontuar que a *precariedade* é uma condição universal da vida humana, ou poder-se-ia dizer, ontológica do ser, uma vez que se manifesta por meio da vulnerabilidade do corpo e da dependência de outros para sobreviver e prosperar. Um corpo humano estaria, assim, vinculado a uma estrutura de codependência para a manutenção de sua vida, ainda que o discurso neoliberal tente constantemente aliená-lo dessa condição.

Contudo, nas palavras da autora:

> ser um corpo é estar exposto a uma modelagem e a uma forma social [...]. Em outras palavras, o corpo está exposto a forças articuladas social e politicamente, bem como a exigências de sociabilidade – incluindo a linguagem, o trabalho e o desejo –, que tornam a subsistência e a prosperidade do corpo possíveis (Butler, 2015, p. 14-15).

Nesse sentido, a ontologia do corpo se vincula também com os modos como os corpos se organizam socialmente. Dessa forma, propõe o termo *condição precária* para se referir a uma ampla gama de situações em que essa vulnerabilidade é intensificada, seja por fatores sociais, econômicos, políticos ou ambientais. Isto posto, a *precariedade* afeta todas as pessoas, independentemente

[8] Gabriel Hoytil Araújo, jovem negro de 19 anos, foi morto no fim de 2021 pela polícia civil em uma "operação de combate ao tráfico de drogas" em uma comunidade na Zona Sul de São Paulo, enquanto segurava uma marmita com seu almoço (Tomaz; Tito; Pauluze, 2021).

de sua posição social ou econômica, mas certos grupos sociais são particularmente vulneráveis a *condições precárias* devido à sua posição marginalizada na sociedade.

Trata-se da identificação de dinâmica de (des)valorização de algumas vidas no espaço social. Segundo a autora (2015, p. 12), "uma vida específica não pode ser considerada lesada ou perdida se não for primeiro considerada viva". A distribuição de precariedades orienta as nossas respostas afetivas diante do sofrimento e da perda de tais vidas.

Importa ressaltar que, em Butler, as "ininteligíveis" não se encontram necessariamente excluídas do reconhecimento social. Conforme explica, trata-se de uma impulsão às margens dessas identidades "ininteligíveis" segundo a cultura dominante.

> O que permanece "impensável" e "indizível" nos termos de uma forma cultural existente não é necessariamente o que é excluído da matriz de inteligibilidade presente no interior dessa forma; ao contrário, o marginalizado, e não o excluído, é que é a possibilidade cultural causadora de medo ou, no mínimo, da perda de sanções. Não ter o reconhecimento social como heterossexual efetivo é perder uma identidade social possível em troca de uma que é radicalmente menos sancionada. O "impensável" está assim plenamente dentro da cultura, mas é plenamente excluído da cultura *dominante* (Butler, 2017, p. 138-139).

Logo, mesmo as identidades desviantes não estão fora da matriz de inteligibilidade: elas são necessárias à manutenção desse sistema de normas, funcionando como mecanismos de rechaço da diferença e de coerção à correspondência do padrão – ou, nas palavras da autora, "práticas reguladoras da coerência de gênero". Desenvolveremos melhor essa noção de excluído-incluído em Butler no próximo tópico, mas, por ora, basta atestar que o efeito dessa impulsão às margens das identidades desviantes seria a criação de um regime de distribuição de precariedades de maneira desigual dentro do espaço social. Dessa forma, quanto mais próximas do padrão de inteligibilidade social, menos precariedades são relegadas a essas indivíduas. Entretanto, quanto mais próximas das margens de reconhecimento, mais expostas às precariedades e até mesmo à morte as sujeitas estão.

Figura 1 – Esquema de distribuição de condições precárias a partir da inteligibilidade social.



Fonte: elaborada pelos autores.

Desde já, é possível pontuar que, em Butler, não existe um "fora" da estrutura social, mas sempre uma dinâmica de rechaço e de subalternização de determinados modos de ser e existir em detrimento do inteligível socialmente. A realidade só pode ser entendida dentro desse próprio regime de inteligibilidade, que dá sentido e materialidade ao mundo. Assim, é possível identificar um movimento centrípeto contínuo que puxa, ou tenta fazê-lo, as identidades para o modelo estabelecido – a reiteração da norma – ao mesmo passo que relega as desviantes às margens, mas nunca fora.

Normatividade e performatividade

Aqui, introduzimos mais uma camada da teoria butleriana: a reiteração como caráter intrínseco à atuação do poder sobre os corpos. É a partir dos estudos de J. L. Austin sobre atos de fala[9]

[9] Explicando brevemente a teoria austiniana dos atos de fala, o autor compreende que enunciados performativos fazem parte da performance (execução) de uma ação, em oposição aos enunciados constatativos, que somente descreveriam um estado de coisas no mundo. Dessa forma, apresenta a tese da tripartição dos atos de fala: os atos locucionários, constantes do próprio proferimento em si, meramente constatativos; os atos ilocucionários, nos quais o proferimento do enunciado implica em uma ação (uma promessa, por exemplo); e, por fim, os atos perlocucionários, que, além de implicar em uma ação, também produz efeitos no interlocutor. O ato perlocucionário implica que falar é fazer, como é o exemplo da frase "eu vos declaro marido e mulher" (Austin, 1990).

e da noção de citacionalidade de Jacques Derrida que Butler vai desenvolver a sua teoria da performatividade. As normas de gênero ou, ampliando, os padrões de inteligibilidade social não são efeito de um ato único singular ou mesmo deliberado. Não é uma roupa rosa, um determinado corte de cabelo, um modo de sentar-se que definem certas identidades. Trata-se de um efeito prolongado no tempo, por meio da reiteração, da repetição de determinados estilos de ser e estar no mundo.

> A performatividade não é, portanto, um "ato" singular, pois sempre é a reiteração de uma norma ou de um conjunto de normas, e na medida em que adquire a condição de ato no presente, ela oculta ou dissimula as convenções das quais é uma repetição. Além disso, esse ato não é primariamente teatral; de fato, sua aparente teatralidade é produzida na medida em que sua historicidade permanece dissimulada (e, reciprocamente, sua teatralidade ganha certa inevitabilidade dada a impossibilidade de divulgar de forma plena sua historicidade). Na teoria dos atos de fala, a performatividade é a prática discursiva que realiza ou produz aquilo que nomeia (Butler, 2019, p. 34-35).

Butler eleva a potência da frase de Simone de Beauvoir em *O segundo sexo II* (1967, p. 9) – "Ninguém nasce mulher: torna-se mulher" –, ressaltando esse processo contínuo e infindável de produção das sujeitas a partir do gênero:

> Se há algo de certo na afirmação de Beauvoir de que ninguém nasce e sim *torna-se* mulher decorre que *mulher* é um termo em processo, um devir, um construir de que não se pode dizer com acerto que tenha uma origem ou um fim. Como uma prática discursiva contínua, o termo está aberto a intervenções e ressignificações. Mesmo quando o gênero parece cristalizar-se em suas formas mais reificadas, a própria "cristalização" é uma prática insistente e insidiosa, sustentada e regulada por vários meios sociais. Para Beauvoir, nunca se pode tornar-se mulher em definitivo, como se houvesse um *telos* a governar o processo de aculturação e construção. O gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância de classe natural de ser (Butler, 2017, p. 69).

Nesse sentido, o gênero não estaria ligado a uma certa essência ou qualidade natural, mas a um acontecimento temporal, uma

série de signos corpóreos e outros meios discursivos que produzem continuamente a sua aparente estabilidade. Na verdade, em atenção à tese de Monique Wittig em *One is Not Born a Woman* (1981 *apud* Butler, 2017, p. 57), o próprio dado do gênero, ou seja, a existência de identidades masculinas ou femininas, implica uma marca imposta pelo opressor, uma "formação imaginária" sofisticadamente construída e constituída pelas relações sociais.

Disso decorre que a própria matriz de inteligibilidade de gênero, conforme explicitado no parágrafo anterior, nada mais é que um efeito de uma série de atos e discursos – sinônimos para uma teoria da linguagem materialista –, consolidados e reiterados no curso do tempo e da história humana. A partir das práticas reguladoras da coerência de gênero, dá-se uma aparência de substância ao gênero, uma verdade sobre as sujeitas.

Assim, Butler vai identificar como um fenômeno performativo o modo pelo qual o gênero se constitui temporal e socialmente, em atenção à teoria dos atos performativos de Austin e da citacionalidade e iterabilidade de Derrida. Ainda que mencionada colateralmente em *Problemas de gênero*, Butler desenvolve mais detidamente a noção de performatividade nos termos acima em *Corpos que importam: os limites discursivos do "sexo"* (2019) e *Exitable speach: a politics of the performative* (2021).

O ato das médicas que analisaram as ultrassonografias pré-natais das nossas mães antes de nascermos, ou mesmo no ato do nosso parto, ao dizerem "é uma menina!" ou "é um menino!", mais que um enunciado constatativo (ou locucionários nos termos austinianos), constituiu um ato que produziu a realidade em si. A partir daquele momento, daquele discurso médico-jurídico cheio de poder instituído e instituidor, passamos a ser identificadas como tal. Uma marca performativamente designada, inscrita, sob nosso corpo. Vejamos em Butler:

> Consideremos o caso da interpelação médica que (apesar de o surgimento da ultrassonografia ser recente) desloca uma criança de "bebê" para "menina" ou para "menino" e, nessa nomeação, a menina é "feminilizada" por essa denominação que a introduz no terreno da linguagem e do parentesco por meio da interpelação de gênero. Mas essa "feminilização" da menina não termina aí; pelo contrário, essa interpelação fundacional é reiterada por

> várias autoridades e ao longo de vários intervalos de tempo que reforçam ou contestam esse efeito naturalizado. A denominação é ao mesmo tempo um modo de configurar um limite e também de inculcar repetidamente uma norma (Butler, 2019, p. 25).

Aqui, a autora acrescenta à noção de performatividade o conceito de *interpelação*, de Louis Althusser, no qual uma sujeita torna-se socialmente constituída no momento que atende ou responde ao chamado à atenção por alguma figura de autoridade. Butler desenvolve mais intensamente essa aproximação com a teoria althusseriana em *A vida psíquica do poder: teorias da sujeição* (2020).

Assim, como anunciamos anteriormente, não se trata de um único ato que geraria tal efeito. Nem mesmo essa expressão inicial de inscrição performativa sobre um corpo seria um dado singular no tempo. Do mesmo modo que a aparência de substância do gênero necessita uma série contínua e congruente de atos para garantir o seu efeito naturalizador – o "é um menino!" antecipa e anuncia a futura sanção "eu vos declaro marido e mulher" –, também é necessário que tais enunciados e práticas referenciem um certo padrão social anterior. Em outras palavras, a (cis)heteronormatividade produz o gênero a partir da reiteração e da referencialidade dessa ordem simbólica reificada.

Dessa forma, Butler chega à teoria da linguagem de Jaques Derrida, a partir das noções de iterabilidade e citacionalidade, notadamente em seu texto *Assinatura, acontecimento, contexto* (1991). Nas palavras de Derrida, em acréscimo e crítica à teoria austiniana, nenhum ato teria significado senão implicado pelo seu contexto, permeado por uma cadeia prévia de atos referenciais: uma citação.

> Um enunciado performativo poderia ser bem-sucedido se a sua formulação não repetisse um enunciado "codificado" ou iterável; dito de outro modo, se a fórmula que eu pronuncio para abrir uma sessão, lançar um barco ou um casamento não fosse identificável como *conforme* a um modelo iterável; se, pois, ela não fosse identificável de algum modo como "citação"? (Derrida, 1991, p. 33).

E ainda:

> Essa citacionalidade, essa duplicação ou duplicidade, essa iterabilidade de marca não é um acidente ou uma anomalia, é aquilo (normal/anormal) sem o que uma marca já não poderia sequer ter funcionamento dito 'normal'. Que seria de uma marca que não se pudesse citar? (Derrida, 1991, p. 26).

Isso significa que a capacidade discursiva de produzir realidade depende de uma referencialidade contextual identificável; a repetição de um certo "rito" ou marca dotada de significado prévio. Trata-se, na percepção de Derrida e de Butler, de um poder sempre derivado e não originário. A frase "menino não brinca de boneca" só possui efeito dentro do contexto da heteronormatividade, no qual meninos são iteradamente interditados ao "feminino" e vice-versa.

Esse caráter ritualístico e cerimonial é ressaltado por Butler:

> Tais proferimentos fazem o que dizem por ocasião do dizer; não são apenas convencionais, mas, nas palavras de Austin, "rituais ou cerimoniais". Como proferimentos, eles funcionam na medida em que são dados na forma de um ritual, isto é, repetidos no tempo, e, consequentemente, mantêm uma esfera de operação não restrita ao momento do próprio proferimento. O ato de fala ilocucionário realiza seu átono momento do proferimento, e ainda, na medida em que o momento é ritualizado, nunca é meramente um único momento. O "momento" no ritual é uma historicidade condensada: excede-se em direções passadas e futuras, um efeito de invocações anteriores e futuras que constituem e escapam à instância do proferimento (Butler, 2021, p. 3, tradução nossa).[10]

Disso decorre que a força de efetivação de um discurso/ato, seu "sucesso", não estaria na intencionalidade da agente porque "ecoa atos anteriores, e acumula força de autoridade por meio da repetição ou citação de um conjunto prévio e dominante" (Butler, 2021, p. 51). Entretanto, justamente em razão desse caráter derivativo da força performativa, Derrida (1991) aponta que esse "sucesso" também sempre implica em um fracasso. Eventualmente – ou nem tanto –, um "é uma menina" falha em designar a

[10] Do original: "Such utterances do what they say on the occasion of the saying; they are not only conventional, but in Austin's words, "ritual or ceremonial." As utterances, they work to the extent that they are given in the form of a ritual, that is, repeated in time, and, hence, maintain a sphere of operation that is not restricted to the moment of the utterance itself. The illocutionary speech act performs its deed at the moment of the utterance, and yet to the extent that the moment is ritualized, it is never merely a single moment. The "moment" in ritual is a condensed historicity: it exceeds itself in past and future directions, an effect of prior and future invocations that constitute and escape the instance of utterance".

identidade de uma nova indivídua. Enquanto Austin reconhece tais fracassos, mas identifica-os como acidentais e exteriores ao fenômeno performativo, Derrida vai qualificar tais "fracassos" como intrínsecos e componentes do enunciado.

Diante disso, toda citação envolve uma descontextualização em relação ao seu original. Uma repetição, por mais fiel e fidedigna à referência que seja, sempre estará exposta a um novo e diferente contexto. Contexto esse que, nas palavras de Derrida (1991, p. 13), nunca seria absolutamente determinável ou, ainda, tal determinação jamais seria assegurada ou saturada. Trata-se da força de ruptura que uma escritura, uma marca, tem de se deslocar do contexto anterior a cada vez que é repetida. Chegamos à conclusão que a própria iterabilidade depende assim dessa capacidade de descontextualização, de abertura ao novo, da citação.

A força performativa remete, por sua vez, a uma cadeia referencial potencialmente infinita. Desse modo, o próprio ato originário estabelece-se como impossível e irrecuperável. Sendo impossível se falar em "a mulher" ou "o homem" como referencial identitário real. Por mais que existam Marilyn Monroe, James Dean, Gisele Bündchen, Rodrigo Hilbert, Hailey Bieber, Jungkook como referências midiáticas contemporâneas de beleza e de desejo, tais pessoas ou quaisquer outras jamais correspondem ao "padrão originário". É nesse sentido que, para Butler, a autoridade da norma nada mais é que uma legitimidade referencial constituída sobre o vazio: uma ficção, uma invenção que, encenada inúmeras vezes, passou a ser considerada verdade.

> Existiria uma autoridade original, uma fonte primária? Ou, na verdade, é na própria prática da citação, potencialmente infinita em seu retrocesso, que o fundamento da autoridade é constituído como diferimento perpétuo? Em outras palavras, a autoridade é constituída precisamente fazendo retroceder infinitamente sua origem a um passado irrecuperável. Esse diferimento é o ato repetido mediante o qual se obtém a legitimação. A referência a uma base que nunca é recuperada se torna o fundamento sem fundamento da autoridade (Butler, 2019, p. 189-190).

No entanto, se a autoridade da força normativa depende da sua iterabilidade e esta implica uma "falha", um "fracasso" constitutivo, então, a própria construção do gênero – e da sujeita – implica, ao

mesmo tempo, em sua desestabilização. Por mais conservadora e tradicional que a criação de uma filha seja, ela pode acabar não atendendo/se submetendo à sanção "e vos declaro marido e mulher".

> Crucialmente, portanto, a construção não é nem um ato único, nem um processo causal iniciado por uma pessoa e que culmina em um conjunto de efeitos fixos. A construção não apenas toma lugar no tempo, mas é em si um processo temporal que opera pela reiteração de normas; no decurso dessa reiteração, o sexo é produzido e ao mesmo tempo desestabilizado. Como efeito sedimentado de uma prática reiterativa ou ritualizada, o sexo adquire seu efeito naturalizado e, ainda assim, é também em virtude dessa reiteração que lacunas e fissuras são abertas representando as instabilidades constitutivas de tais construções, como aquilo que escapa ou excede a norma, como aquilo que não pode ser inteiramente definido nem fixado pelo labor repetitivo da referida norma (Butler, 2019, p. 28-29).

É por esse motivo que, na Figura 1, apresentamos a força da norma como um vetor de força centrípeta, constantemente puxando as identidades para o centro. Por outro lado, igualmente em atenção aos termos do movimento em trajetória circular, existe um componente vetorial centrífugo que atua sobre os corpos, tendendo para fora do regime de inteligibilidade.

Essa falha constitutiva da aplicação da norma vai possibilitar, inclusive, a insurgência dessa contra si mesma; o que Derrida chamaria de subversão. Trata-se de uma relação dialética entre sujeita e norma, na qual os efeitos de manutenção e subversão da norma estão concomitantemente implicados. Se, para a sua manutenção, a norma precisa constantemente se parodiar, seria preciso se aproveitar dessa debilidade da norma e habitar práticas para sua rearticulação.

É dentro dessa dialética performativa que Butler vai elaborar a sua teoria sobre a materialidade dos corpos, em que vai entender a materialidade como um "efeito sedimentador de uma iterabilidade regulada" (Butler, 2019, p. 68). Iterabilidade essa que decorre sempre uma falha, uma desestabilização, uma resistência dos corpos em se curvarem à norma. Enquanto esta se inscreve sobre a superfície dos corpos, constituindo seus contornos inteligíveis, sempre haverá algo que materialmente sobra, que excede, que resta.

> O gênero também é uma norma que nunca pode ser completamente internalizada: "o interno" é uma significação de superfície, e as normas do gênero são afinal fantasísticas, impossíveis de incorporar. Se a base da identidade de gênero é a repetição estilizada de atos ao longo do tempo, e não uma identidade aparentemente sem suturas, então a metáfora espacial de uma "base" é deslocada e se revela como uma configuração estilizada, a rigor, uma corporificação do tempo com marca de gênero. Mostrar-se-á então que o eu de gênero permanente é estruturado por atos repetidos que buscam aproximar o ideal de uma base substancial de identidade, mas revelador, em sua descontinuidade ocasional, da falta de fundamento temporal e contingente dessa "base". É precisamente nas relações arbitrárias entre esses atos que se encontram as possibilidades de transformação do gênero, na possibilidade da incapacidade de repetir, numa deformidade, ou numa repetição parodística que denuncie o efeito fantasístico da identidade permanente como uma construção politicamente tênue (Butler, 2017, p. 243).

Vale lembrar que Butler aponta que essa mesma falha, que vai produzir sujeitas excluídas e marginalizadas dentro da inteligibilidade social, também se faz necessária para a própria estabilidade do regime dominante. Trata-se de um exterior constitutivo, um efeito da operação da norma, que vai aparecer justamente como fronteira necessária para garantir uma suposta estabilidade desse regime de inteligibilidade das identidades. Em outras palavras, o estranho (*queer*), o abjeto, o *viadinho*, a *sapatão*, a travesti, existem para marcar e garantir os limites daqueles corpos que, segundo a lógica dominante, possuem vidas que importam e que merecem ser vividas.

Nas palavras da autora:

> Se a materialidade do sexo é demarcada no discurso, então, essa demarcação produzirá um domínio de "sexos" excluídos e deslegitimados. Por isso, é igualmente importante pensar sobre como e até que ponto os corpos são construídos e sobre como e até que ponto os corpos não são construídos, e, posteriormente, perguntar como os corpos que fracassam nessa materialização fornecem o "exterior" necessário, se não o apoio necessário, para os corpos que, na materialização da norma, se qualificam na categoria de corpos que importam [*matter*] (Butler, 2019, p. 40).

Nesse sentido, mesmo aquelas que estão "fora" do regime de inteligibilidade da norma, sem existência jurídica/social reconhecida e valorizada, ainda assim, encontram-se incluídas por ele, como um exterior necessário. Eis a dinâmica excluído-incluído em Butler que, conforme já ressaltado, não opera de forma absoluta, mas se desdobra em diferentes graus de reconhecimento no interior do regime social. Até porque, considerando que a norma nunca conseguirá sobredeterminar integralmente um ser, diversos e singulares níveis de reconhecimento se distribuirão sobre a trama social.

Norma-sujeita-corpo

Aqui chegamos no ponto-chave dessa caminhada cartográfica que propomos fazer pelo pensamento de Judith Butler: um paradoxo necessário entre a atuação da norma e a produção material dos corpos.

É importante ressaltar, desde já, que, para a teoria performativa de Butler, o corpo material não seria um mero efeito da atuação do poder e da linguagem, em contramão à proposta construtivista social. Como pontuamos na terceira nota de rodapé, a autora se afasta de uma percepção determinista da produção da sujeita e do real pelo discurso e da linguagem. Butler ressalta que tal formulação envolveria uma exaustiva e absoluta prescrição da matéria por parte da norma e obstaria qualquer capacidade de ação e agência por parte das sujeitas. Em alguma medida, a constatação de existências materiais que não se (con)formam à norma – corpos que importam (*matter)* – implica que há algo na matéria que não pode ser capturado ou representado pela linguagem. Negar isso seria reconsolidar uma metafísica da sujeita. Dessa abertura intrínseca da performatividade decorrem fenômenos e forças que atuem não só na condensação e estabilidade do imperativo heterossexual, mas também na sua desestabilização. Nas palavras da autora, dizer que

> o discurso é formativo não é o mesmo que afirmar que ele origina, causa ou compõe exaustivamente aquilo que concede; pelo contrário, significa que não há nenhuma referência a um corpo puro que não seja, ao mesmo tempo, uma formação adicional do referido corpo (Butler, 2019, p. 31-32).

Contudo, mesmo havendo esse exterior constitutivo e necessário para o fenômeno da produção material da norma, a relação com ela parece ser inescapável. Ainda que reconheça o problema das identidades, como enquadramentos limitantes das sujeitas, e apostando na constante tensão e desestabilização desses limites, Butler acaba compreendendo essa dinâmica como uma condição ontológica da produção dos corpos.

Essa é a conclusão derradeira de uma das suas obras mais intrigantes: *A vida psíquica do poder* (2020). Nela, Butler investiga os efeitos do poder sobre a sujeita, a partir de Hegel, Nietzsche, Freud, Foucault e Althusser, de modo a compreender como pode a sujeita passar a desejar sua própria subordinação. Sua conclusão é de que é a própria operação do poder o fenômeno que efetivamente dá forma à sujeita, a constitui. Portanto, a permanência e a continuidade da sujeita dependem da sua efetiva subordinação/dependência à norma que lhe forma. Segundo Butler, "O poder não só *age sobre o* sujeito como também, em sentido transitivo, *põe em ato* o sujeito, conferindo-lhe existência. Como condição, o poder precede o sujeito" (Butler, 2020, p. 22). O poder, assim, explora o desejo de sobrevivência e de permanência da sujeita (o apego) para efetuar a operação de introjeção.

Dessa forma, a própria identidade da sujeita é efeito, não absoluto, da operação da norma, conferindo-lhe existência. Nas palavras de Butler (2020, p. 29), "quando as categorias sociais garantem uma existência social reconhecível e duradoura, muitas vezes se prefere aceitá-las, ainda que funcionem a serviço da sujeição, a não ter nenhuma existência social".

Importa deslindar a diferença entre poder como condição da sujeita e aquele exercido pela sujeita. Afinal, se a operação do poder fosse sempre de natureza reiteradora, não seria possível pensar a resistência ou os movimentos de insurgência à norma. Destarte, na medida que o poder funda a sujeita, ele também constitui o seu âmbito de ação, que pode inclusive se voltar contra sua própria subordinação.

Contudo, existe uma ambivalência ontológica nesse processo, já evidenciada no pensamento da autora de diferentes formas. O âmbito de ação da sujeita, que se insurge contra sua subordinação,

ameaça de dissolução a própria. Toda agência que confronte a reiteração da norma implica uma desestabilização da identidade da sujeita. Butler explica essa dinâmica, em termos psicanalíticos, a partir do desejo:

> O desejo visa ao deslindamento do sujeito, mas é tolhido justamente pelo sujeito em cujo nome ele opera. A vexação do desejo, que prova ser crucial para a sujeição, indica que, para persistir, o sujeito deve tolher seu próprio desejo. E para que o desejo triunfe, o sujeito deve ser ameaçado de dissolução (Butler, 2020, p. 18).

Dessa forma, toda afirmação do desejo, produzido a partir do exercício do poder da sujeita, também é uma reafirmação dele. Ao reivindicar seu direito de existência, a sujeita também estaria reiterando a sua condição de existência (o poder fundante). Daí a ambivalência constituinte da sujeita. A sujeita passa a *poder* (verbo) na medida que é objeto do/sujeita ao *poder* (substantivo). Poder-se-ia dizer, então, que Butler não visualiza qualquer possibilidade de existência política para fora da operação normativa, que agencia subjetividades e, na mesma medida, as assujeita.

Vale citar que em *Corpos que importam* (2019, p. 380), Butler vai dizer que "se trata de um erro necessário a generalização temporal realizada por categorias identitárias". À vista disso, se a identidade é um erro necessário, nos resta construir um posicionamento crítico perante tais ficções identitárias, de maneira a tencioná-las e/ou subvertê-las a partir de suas contradições constitutivas, ao passo que não seria possível abandoná-las completamente. Seria esse o máximo da potência da produção material?

Surge então nossa última questão: se a reiteração da norma é condição de permanência da sujeita, como é possível a permanência e a (re)existência das subjetividades marginais? Se o reconhecimento na esfera pública, o aparecimento, é condição para a existência política, estariam as marginais privadas de qualquer esfera de agência, de qualquer possibilidade de falar e agirem no político? Remetemos aqui a proposição de Gayatri Spivak (*Pode o subalterno falar?*), para reiterar o pequeno desvio que dá título a esse artigo – *Como pode o corpo* queer *aparecer?* Uma identidade ininteligível pode reivindicar o seu aparecimento na esfera pública? De que modo?

Alianças *queer*, aparecimento e (re)existência dos corpos

Em *Corpos em aliança e a política das ruas* (2018), Butler analisa a dinâmica do aparecimento a partir das noções trazidas por Hannah Arendt em *A condição humana* (2016). A autora explica que a esfera privada é definida como aquela da dependência e da inação, sem a possibilidade de aparecimento social, enquanto a esfera pública é dada pela ação independente, pelo espaço de fala e de existência social. É colocada aqui uma oposição ontológica entre público/privado, masculino/feminino.

Essa oposição pode ser caracterizada paradigmaticamente na figura das travestis, que, por muito tempo e ainda hoje, costumam ter a vida proscrita à noite, ao trabalho na prostituição, à escuridão. Conforme narra Pedro Macdowell (2008), muitas travestis relatam evitar sair de casa no período diurno ou frequentar lugares movimentados, pois, com frequência, sofrem situações de constrangimento e rejeição durante o dia. São compelidas a manterem-se sempre sobre a capa da "privacidade".

Dessa forma, Butler aponta os limites da análise de Arendt, reconhecendo essa divisão em duas esferas dentro do próprio corpo individual, para além da sua leitura social de gênero:

> O próprio corpo é dividido entre um que aparece publicamente para falar e agir e outro, sexual, pulsante, feminino, estrangeiro e mudo, que geralmente é relegado à esfera do privado e do pré-político. [...] Quando algum domínio da vida corporal opera como a condição sequestrada ou repudiada para a esfera do aparecimento, ele se torna a ausência estruturante que governa e torna possível a esfera pública (Butler, 2018, p. 95-96).

Seguindo a dinâmica ambivalente na constituição da sujeita, o barramento/limite da sujeita que a constitui exige que sempre exista algo subtraído da esfera pública, algo obsceno (fora de cena) relegado ao privado, sendo o que em si garante e possibilita o seu aparecimento para a esfera pública. Dessarte, o não reconhecimento completo das marcas identitárias de uma determinada sujeita conduziria a uma vida relegada à obscuridade, uma não vida, uma vida não passível de ser vivida? Um corpo absolutamente desprovido de reconhecimento seria possível? Aqui, relembro a dinâmica da inteligibilidade social, já explicada, na qual haveria diferentes níveis

de aparecimento social (con)forme os fatores identitários mais ou menos reconhecidos, não havendo, porém, um fora absoluto.[11]

Tendo isso em mente, o que acontece quando o obsceno resolve vir à cena, reivindica seu aparecimento? O que acontece quando uma travesti se recusa a sobreviver a partir da prostituição e reivindica ocupar uma cadeira na universidade? Um jovem negro pode se recusar a ser morto na guerra às drogas e reivindicar um espaço na mídia? Qual seria o efeito da recusa de uma entregadora de aplicativo a entregar o seu lanche e da sua reivindicação por direitos trabalhistas? O que acontece com um *viadinho* que resolve sair de mãos dadas com seu namorado na rua?

Butler propõe que o próprio ato de aparecimento e (re) existência no espaço público dessas identidades marginais seria, em si, um ato subversivo do regime dominante de reconhecimento, que distribui desigualmente precariedades. Se o modo de atuação da norma é sempre apagar, invisibilizar, "obscenizar", marginalizar tais corpos, trazer à luz pública tais existências materiais compõem atos desestabilizadores das normas de reconhecimento e do sistema político e legal. Por sua vez, o aparecimento desses corpos implica em uma possibilidade de desconstrução do discurso normativo, permitindo a normalização desses corpos anormais.

> Para aqueles apagados ou rebaixados pela norma que se espera que incorporem, a luta se torna uma batalha corpórea por condição de reconhecimento, uma insistência pública em existir e ter importância. Assim, é apenas por meio de uma abordagem crítica das normas de reconhecimento que podemos começar a desconstruir esses modos mais perversos de lógica que sustentam formas de racismo e antropocentrismo (Butler, 2018, p. 44).

Desta feita, a autora defende que o aparecimento das subjetividades marginais na esfera pública acontece justamente no

[11] Talvez aqui estaríamos em face aos limites da matéria viva e não viva, como pontua Chiara Bottici no texto *Ecofeminismo como ecologia descolonial e transindividual* (2021, p. 178). Segundo a autora, a hierarquia homem> mulher> escravo> animal> vegetal> vida inanimada "classifica as individualidades de acordo com o quão próximas elas se assemelham ao topo da escala". A autora propõe uma reconfiguração da noção de vida, de modo a abarcar a potência de vida à nível infra-matéria, ressaltando que a energia vital estaria presente mesmo nas pedras e nos minerais. Dessa forma, poderíamos pensar uma vida humana ser tão ininteligível a ponto de se assemelhar ao valor de uma pedra? Parece-me o caso do negro-colonizado, concebido como homem-mineral, em Achille Mbembe (2018).

momento que reivindicam performativamente tal aparecimento. Quando insistem em permanecerem vivas e clamam pelo reconhecimento de seus direitos, constituem e afirmam novos critérios de reconhecimento e inteligibilidade, um novo contexto de citacionalidade. A sujeita desviante precisa, então, reafirmar a sua identidade marginalizada para aparecer como sujeita de direitos na esfera pública.

Entretanto, como esse desvio poderia ser critério de identificação para reconhecimento? Tais sujeitas serão reconhecidas por quem? Butler nos responde: pelas demais sujeitas marginais e precarizadas. As "ilegíveis" podem, assim, desenvolver critérios para tornarem-se legíveis entre si, baseados nas diferentes formas expostas às violências e excluídas da esfera pública. Aquilo que relega determinadas identidades às margens, também é aquilo que as pode unir: as suas condições precárias compartilhadas.

> A precariedade é a rubrica que une as mulheres, os *queers*, as pessoas transgêneras, os pobres, aqueles com habilidades diferenciadas, os apátridas, mas também as minorias raciais e religiosas: é uma condição social e econômica, mas não uma identidade (na verdade, ela atravessa essas categorias e produz alianças potenciais entre aqueles que não reconhecem que pertencem uns aos outros) (Butler, 2018, p. 65).

Em *Corpos em aliança e a política das ruas* (2018), a autora toma então o signo *queer* como uma aliança, em vez de uma identidade, que representa esse indefinido não identificável que atravessa todas as formas de vida acostadas às margens e sujeitas às precariedades produzidas socialmente. Diz a autora: "O termo *queer* não designa identidade, mas aliança, e é um bom termo para ser invocado quando fazemos alianças difíceis e imprevisíveis na luta por justiça social, política e econômica" (Butler, 2018, p. 79).

Desse modo, a partir do exemplo das lutas contemporâneas pelo reconhecimento jurídico e político de identidades precarizadas, a autora propõe uma política radicalmente democrática pautada no alargamento das medidas de reconhecimento (Butler, 2018). Explica que esse processo precisa ser contínuo, eis que toda vez que a forma de reconhecimento é estendida, permanece uma premissa ativa de que existe uma vasta região do irreconhecível às margens – ainda que agora também ampliada.

Nesse sentido, diante da inexorável condição de subjetivação/assujeitamento a que estamos implicados, a proposta de Butler conduz para uma política permanente de alargamento das identidades reconhecíveis e da garantia de condições materiais de existência e (sobre)vivência social dessas subjetividades. Trata-se de uma aposta em constante produção/aparecimento de novas subjetividades possíveis e reconhecíveis, cada vez que os critérios de inteligibilidade são atualizados e reconhecidos nos planos jurídico e político.

Dessa forma, é crucial reconhecer a importância e o valor da teoria política construída por Butler, que efetivamente propõe um movimento coletivo por melhora das condições materiais de vida das sujeitas marginalizadas e precarizadas. Para além de uma teoria da linguagem e do discurso, a autora avança para uma teoria política acerca de agenciamentos coletivos que fomenta a garantia de direitos e a redução das precariedades induzidas no espaço social. Entretanto, novamente retomamos a constatação feita há pouco: inexistem possibilidades de vida e existência que não estejam estabelecidas em uma relação com o poder e com o direito? Butler, por mais que reconheça as violências e os problemas desse regime linguístico-jurídico-político, não parece conceber ou reconhecer qualquer estado de realidade fora dele. A potência da matéria corresponde apenas a exceder a produção normativa? Aquilo que os corpos *podem* estaria sempre manchado e marcado pelo *poder*? Seria isso mesmo que restam às identidades marginais? Restar? Restar e resistir?

Entre discurso e materialidade: tensionando Butler

É possível dizer que Butler escreve *Corpos que importam* (2019) muito em resposta às críticas que recebeu de estar "caindo no mesmo erro" que as teorias feministas construtivistas haviam caído, as quais ela mesma critica em *Problemas de gênero* (2017): relegar a matéria à determinação exclusiva pela cultura. O próprio título da obra anuncia a tese desenvolvida acerca da materialidade dos corpos; trata-se de um jogo linguístico – curiosamente sintomático da teoria da autora – com o termo "*matter*", que em inglês significa tanto "matéria" quanto "importar/ter importância". Butler designa todo um bloco da sua introdução para, em alguma medida, se afastar

de um construtivismo linguístico, para focar no que ela chama de materialidade, conforme explicado no tópico anterior.

Como ressaltamos anteriormente, ainda que a autora se proponha a apostar no poder de agência que a citacionalidade envolve, decorrente da potência de desestabilização constante na descontextualização, em alguma medida, acaba por posicionar a matéria em um lugar de passividade diante da linguagem e do poder. Ainda que a matéria se recuse a se curvar integralmente ao enquadramento e às formas prescritas pela norma, existe sempre uma relação necessária e assimétrica com a norma e o poder constituinte do processo de materialização, segundo a autora.

Karen Barad (2017), importante teórica do que se pode chamar materialismo performativo, ressalta a importância da teoria performativa butleriana em retirar o discurso de uma absoluta exterioridade diante da matéria, envolvendo uma certa relação (re) ativa dessa última para com aquele. Entretanto, segundo a autora:

> [...] a teoria de Butler no final das contas reinscreve a matéria mais como um produto passivo das práticas discursivas do que como um agente ativo participante mesmo no processo de materialização. Esta deficiência é sintomática de uma avaliação incompleta de fatores causais importantes, e de uma reelaboração incompleta da "causalidade" no entendimento da natureza das práticas discursivas (e dos fenômenos materiais) em sua produtividade. Ademais, a teoria da materialidade de Butler limita-se a uma abordagem da materialização dos corpos humanos ou, mais precisamente, a uma construção dos contornos do corpo humano. A ontologia relacional do realismo agencial possibilita uma reelaboração da noção de materialização que reconheça a existência de importantes ligações entre práticas discursivas e fenômenos materiais sem as limitações antropocêntricas da teoria de Butler (Barad, 2017, p. 26).

Ao relegar o poder ativo da matéria à "falha constitutiva" da citacionalidade, Butler reduz a potencialidade performativa da matéria.[12] Barad (2017, p. 8) retoma o jogo de palavras em seu texto para apontar que, nesse contexto, a última coisa que importa de fato é a matéria, diante de tantas coisas que importam (linguagem, discurso, cultura).

[12] As críticas ao chamado "materialismo falho" de Butler podem ser conferidas de maneira mais desenvolvida em Grabel, Hanan e Nail – *O que é o novo materialismo?* 2021, p. 197-200 – e em Kirby – *Telling flesh*, 1997, p. 101-128.

Paul B. Preciado, acompanhando tais críticas, ressalta que a teoria performativa de Butler se desfaz prematuramente do corpo, "inviabilizando uma análise crítica dos processos tecnológicos de inscrição que possibilitam que as performances 'passem' por naturais ou não" (Preciado, 2022, p. 98). Preciado, especialmente em suas obras *Manifesto contrassexual* (2022) e *Testo Junkie* (2018), dedica-se a desenvolver o que se pode chamar de materialismo tecnológico ou prostético.

Ainda com bastante foco na corporalidade humana, mas atravessado obviamente pelos marcadores de gênero, sexualidade, raça, classe etc., em vez de focar no discurso e na linguagem como forças materializantes, Preciado pensa o corpo a partir da série de alterações e transformações materialmente implicadas sob a carne. Nas palavras de Preciado:

> O gênero não é simplesmente performativo (isto é, um efeito das práticas culturais linguístico-discursivas) como desejaria Judith Butler. O gênero é, antes de tudo, prostético, ou seja, não se dá senão na materialidade dos corpos (Preciado, 2022, p. 40).

Desse modo, o autor concebe o corpo como um espaço de construção tecnobiopolítica, produzido e operado pelas diversas tecnologias sociopolíticas, compreendidas aqui como manipulação artificial sobre a matéria, em oposição ao "natural". O corpo é manufaturado, diria Preciado, em concordância com Donna Haraway:

> Os corpos, então, não nascem; eles são manufaturados (Figura 7). Os corpos foram tão completamente desnaturalizados enquanto signo, contexto e tempo. Os corpos do final do século XX não se desenvolvem a partir dos princípios internos harmonicamente teorizados no Romantismo. Tampouco são descobertos nos domínios do realismo e do modernismo. Ninguém nasce mulher, insistiu corretamente Simone de Beauvoir. Foi preciso o terreno político-epistemológico do pós-modernismo para reformular Beauvoir: ninguém nasce organismo. Organismos são manufaturados; eles são construções do tipo epocal. As construções dos limites de um organismo, o trabalho dos discursos da imunologia, são mediadores particularmente potentes das experiências de doença e morte para pessoas industriais e pós-industriais (Haraway, 2013, p. 208, tradução nossa).

O pensamento de Preciado, assim, parte das elaborações acerca da materialidade discursiva de Butler para mergulhar no pensamento tecnomaterialista de Donna Haraway. Em seu ensaio mais famoso, *Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX* (2009), Donna Haraway vai apontar para a dissolução absoluta entre o organismo e a máquina, eis que esta passou a integrar materialmente os corpos orgânicos na pós-modernidade. A autora aponta que as tecnologias de comunicação (atinentes à eletrônica cibernética) e as biotecnologias (relacionadas à bioquímica) seriam as ferramentas cruciais na remodelagem dos nossos corpos (Haraway, 2009, p. 64). O ciborgue seria o paradigma dessa confusão de fronteiras entre organismo-máquina – e, por que não, entre humano-animal, realidade-ficção, natural-artificial? –, já que materializa a hibridação entre um organismo "naturalmente produzido" e um objeto artificialmente manufaturado por meio de uma tecnologia. Seríamos então, essencialmente, todas ciborgues.

O percurso que parte de Butler até Barad e Preciado evidencia como a centralidade do discurso, ainda que produtiva, acaba por circunscrever a materialidade dos corpos a um papel de resposta ou de resistência diante da norma. Barad mostra que a matéria não pode ser reduzida a produto passivo das práticas discursivas – ou, em Butler, como algo cuja agência decorre em resposta/resistência à norma –, mas deve ser reconhecida em sua agência própria, mesmo nos processos de materialização. Preciado, por sua vez, radicaliza esse deslocamento ao pensar o corpo não apenas como efeito da linguagem, mas também como espaço tecnopolítico atravessado por biotecnologias, próteses e circuitos de poder.

Nesse sentido, Butler nos fornece ferramentas decisivas para compreender a força normativa da linguagem e sua capacidade de constituir sujeitos e corpos. Mas sua teoria encontra limites quando confrontada com os processos de produção tecnomaterial que atravessam a carne em nível molecular, prostético e maquínico. É aí que Preciado e Haraway expandem a reflexão, propondo uma genealogia das tecnologias e de seus usos como dispositivos de sujeição e, ao mesmo tempo, de resistência e reinvenção.

Desse modo, se Butler nos permite reconhecer os modos como o poder se inscreve discursivamente sobre os corpos, Barad e Preciado abrem brechas para pensar uma ontologia mais radical,

em que a materialidade, longe de ser mero suporte da norma, torna-se terreno de disputa e de criação. Esse deslocamento não substitui a potência crítica da teoria butleriana, mas a tensiona em direção a novos horizontes para pensar as vidas e os corpos *queer* em sua vulnerabilidade e em sua potência inventiva.

Corpos ainda por fazer

Este artigo partiu das interrogações butlerianas sobre os modos de feitura do corpo, acompanhando como a linguagem, o discurso e as normas de gênero estruturam a inteligibilidade social e delimitam as fronteiras do reconhecimento. Pretendemos, assim, apresentar um mapa precário do percurso do pensamento de Judith Butler, o qual nos ofereceu um quadro crítico fundamental para compreender como os corpos se tornam legíveis e como aqueles que escapam à norma se expõem às condições de precariedade, violência e exclusão. Nesse sentido, a obra de Butler segue indispensável para a teoria *queer* e para os estudos críticos de gênero.

Entretanto, ao longo do percurso, vimos também que esse mapa talvez não seja suficiente para dar conta da materialidade do corpo em sua densidade tecnopolítica. Karen Barad (2017) apresenta sua crítica à teoria performativa butleriana que, ao implicar em uma certa relação (re)ativa dessa da matéria diante dos discursos, deixa de pensar sua agência em termos próprios. Paul Preciado (2018; 2022), então, convoca-nos a perceber o corpo como plataforma aberta, manufaturado por tecnologias biomoleculares e cibernéticas. Esse corpo está inscrito em sistemas de poder que operam tanto na reprodução da norma quanto na invenção de resistências possíveis.

Por fim, se Butler nos ensinou que o corpo é produzido *na* e *pela* norma, Barad e Preciado ampliam essa reflexão ao mostrar que a carne, as moléculas e as próteses também participam ativamente desse processo. O desafio que se coloca é pensar a vida *queer* não apenas no horizonte do reconhecimento, mas também como potência material de invenção e reinvenção de si e do mundo. É nesse espaço de tensão entre discurso e matéria, entre sujeição e criação, que se abrem os caminhos para imaginar outros modos de existência, ainda ininteligíveis, mas já pulsantes.

Referências

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 13. ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.

AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer*: palavras e ação. Tradução de Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1990.

BARAD, Karen. Performatividade pós-humanista: para entender como a matéria chega à matéria. Tradução de Thereza Rocha. *Vazantes*, Fortaleza, CE, v. 1, n. 1, p. 7-34, 2017. Disponível em: http://www.periodicos.ufc.br/vazantes/article/view/20451. Acesso em: 23 ago. 2025.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: II: a experiência vivida*. 2. ed. Trad. Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BOTTICI, Chiara. Ecofeminismo como ecologia descolonial e transindividual. *(des)troços*: revista de pensamento radical, v. 2, n. 2, p. 163-186, jul./dez. 2021. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistadestrocos/article/view/37737. Acesso em: 23 ago. 2025.

BUTLER, Judith. *Quadros de guerra*: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero*: feminismo e subversão da identidade. 15. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2017.

BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas*: notas para uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. *Corpos que importam*: os limites discursivos do "sexo". São Paulo, SP: N-1 Edições, 2019.

BUTLER, Judith. *Vida precária*: os poderes do luto e da violência. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2019.

BUTLER, Judith. *A vida psíquica do poder*: teorias da sujeição. 1. ed. 5 reimp. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2020.

BUTLER, Judith. *Excitable speech*: a politics of the performative. London, ENG; New York, USA: Routledge Classics, 2021.

DERRIDA, Jacques. Assinatura, acontecimento, contexto. *In*: DERRIDA, Jacques. *Limited Inc*. Campinas, SP: Papirus, 1991.

GAMBLE, Christopher N.; HANAN, Joshua S.; NAIL, Thomas. O que é o novo materialismo? *(des)troços: revista de pensamento radical*, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 188-219, jul./dez. 2021. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistadestrocos/article/view/36348. Acesso em: 23 ago. 2025.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, v. 5, p. 7-41, 1995. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773. Acesso em: 23 ago. 2025.

HARAWAY, Donna J. Manifesto ciborgue Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. *In*: TADEU, Tomaz. (Org.). *Antropologia do Ciborgue*: as vertigens do pós-humano. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2009. p. 34-118.

HARAWAY, Donna J. *Simians, cyborgs, and women*: the reinvention of nature. New York, USA: Routledge, 2013.

JUDITH Butler: philosophe en tout genre. Direção: Paule Zajderman. [*S. l.*]: Arte France & Associés, 2006.

KIRBY, Vicki. *Telling flesh*: the substance of the corporeal. New York, USA: Routledge, 1997.

MACDOWELL, Pedro D. L. Geografia do gênero: do (não) lugar de travestis e outros abjetos na cidade. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16., 2008, Caxambu. *Anais* [...]. Caxambu, MG: ABEP, 2008. Disponível em: https://seminariostematicos.wordpress.com/wp-content/uploads/2011/05/abep2008_14671.pdf. Acesso em: 23 ago. 2025.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. São Paulo, SP: N-1 Edições, 2018.

MONÁE, Janelle. Screwed. *In*: MONÁE, Janelle. *Dirty Computer*. [*S. l.*]: Bad Boy Records; Atlantic Records, 2018. 1 faixa (5 min 2 s). Participação de Zoë Kravitz.

PRECIADO, Paul B. *Testo Junkie*: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. São Paulo, SP: N-1 edições, 2018.

PRECIADO, Paul B. *Manifesto contrassexual*: práticas subversivas de identidade sexual. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2022.

TOMAZ, Kleber; TITO, Fábio; PAULUZE, Thaiza. 'Como confunde marmita com revólver?', diz mãe de jovem negro morto

pela Polícia Civil no Morro do Piolho, na Zona Sul de SP. *G1 SP*, São Paulo, 21 out. 2021. Disponível em: https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/10/21/como-confunde-marmita-com-revolver-diz-mae-de-jovem-negro-morto-pela-policia-civil-no-morro-do-piolho-na-zona-sul-de-sp.ghtml. Acesso em: 23 ago. 2025.

Submetido em 10 de janeiro de 2026.
Aprovado em 20 de maio de 2026.